

A gestão de acervos nos museus de Arqueologia

Conferência de abertura

Isabel Silva *

Enquanto profissionais de museus e no exercício quotidiano das respectivas funções, cada um de nós é certamente confrontado com novas e vorazes exigências, ao nível da comunicação. Comunicação entre os profissionais do sector, mas também, entre os múltiplos intervenientes ao nível da construção do saber e finalmente, na sua transmissão para o grande público. Transmissão que passou também a assentar em novos veículos tecnológicos e que assume formas diferenciadas no acesso e na exploração das colecções.

Por tudo isso, nunca como até agora se discutiu tanto o futuro e a utilidade pública dos museus – o que os define e caracteriza, quais os seus objectivos e a sua funcionalidade.

No contexto dessa discussão, a qualidade dos acervos e a atenção que lhes é dispensada ganhou um lugar central, na medida em que sobre eles assentam as estratégias de comunicação que, cada vez mais, pretendemos sejam permanentemente renovadas, de forma a que possam sobreviver em cada contexto e ao mesmo tempo que ele, numa contínua reinterpretação do nosso património arqueológico.

Assim, de antiguidades ou raridades, as colecções de arqueologia passaram rapidamente a veículos privilegiados de um processo complexo de comunicação que se procura seja junto do grande público, o reflexo da metodologia específica de investigação em Arqueologia e simultaneamente um instrumento de partilha, no interior de cada museu e entre museus. Nesse sentido, em conformidade com a natureza da mensagem e dos destinatários, esta rede de comunicação abarca uma vasta gama de aspectos relacionados com a recolha, o estudo, o restauro, a preservação, o armazenamento, a movimentação das peças e o tratamento didáctico dos respectivos conteúdos.

De uma forma muito geral, podemos pois, desde já, enunciar que gerir acervos arqueológicos pressupõe, à partida, que seja assegurada a conjugação dos resultados decorrentes de actividades diversas, realizadas em contextos muito diferentes, tais como, o local da escavação, o laboratório de restauro, centros de investigação especializados e o Museu.

* Museu Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa, Braga.

Partindo do princípio, geralmente aceite, de que a riqueza e a qualidade da comunicação, quer entre profissionais, quer junto dos públicos-alvo, assenta na imprescindibilidade da articulação entre os diversos intervenientes, importa que nos detenhamos na análise de alguns dos aspectos mais particulares e que dizem respeito à generalidade dos nossos museus de arqueologia.

Porque são vastas, múltiplas e complexas as questões inerentes a uma correcta gestão desses acervos, seleccionámos apenas algumas que nos pareceram ter implicações mais directas sobre a actividade dos museus.

Propomo-nos pois abordar:

- as questões inerentes à especificidade da informação produzida ao longo dos vários processos de estudo e valorização, bem como a respectiva organização e circulação;
- a forma como se articulam os organismos e os agentes intervenientes nas fases de recolha, estudo, preservação e armazenamento;
- a forma como se encontram distribuídos os acervos de natureza arqueológica e como circula a respectiva informação entre os museus que abordam esta temática;
- a necessidade de reflectirmos sobre as novas formas de partilha da informação e de responsabilidades na preservação, guardaria e gestão dos referidos acervos.

1. A informação – suas características e circulação

À semelhança do que ocorre na generalidade dos outros museus, também o conteúdo dos museus de arqueologia assenta no binómio objectos-informação. Não entanto, se a validade desse binómio é geralmente aceite, ela é particularmente válida e cada vez mais exigida por parte de qualquer museu de arqueologia, na medida em que, logo à partida, o valor intrínseco dos objectos lhes advém da informação inerente aos respectivos contextos histórico-geográficos de origem. Cada vez menos concebemos as colecções desligadas desses contextos.

No entanto, esta não é a única particularidade dos acervos arqueológicos. Sob o ponto de vista da relação do referido binómio se, de uma maneira geral, qualquer objecto museológico e a respectiva informação evoluem de acordo com dinâmicas diferentes – enquanto os primeiros perdem progressivamente a sua integridade original, a informação cresce exponencialmente, na proporção do tempo e das intervenções que vão sendo realizadas –, esta discrepância é tanto mais acentuada no caso dos acervos de arqueologia, quanto são bruscas as mudanças de ambiente a que os objectos arqueológicos estão sujeitos. Por outro lado, a metodologia inerente a todo o processo de registo, estudo, tratamento e recuperação do espólio constitui em si mesmo, um manancial de informação, com características únicas e não reproduzíveis, através do qual os técnicos do museu, comunicam entre si, com outros museus e com os respectivos públicos.

Vejamos então os aspectos gerais que integram os vários níveis de informação inerentes aos objectos arqueológicos e como se relacionam entre si:

1.1. *Informação relativa ao contexto arqueológico*

De uma maneira geral e independentemente da organização adoptada por cada arqueólogo e em cada sistema informativo, os dados referentes ao contexto arqueológico respondem a critérios de natureza geográfica, cronológica e tipológica, articulando-se entre si e permitindo-nos uma organização dessa informação e sua compatibilização, a escalas diferentes.

Para ilustrar esta relação recorreremos a um trabalho de índole académica, recentemente apresentado (Giestal, 1998) em que se sintetiza o processo de construção da informação georeferenciada inerente ao contexto arqueológico. De acordo com o autor, o achado arqueológico é posicionado na base de uma estrutura organizativa, em relação ao qual se sucedem (em sentido ascendente), os dados arqueológicos, os elementos referentes à zona arqueológica e as informações relativas a outras intervenções que, no caso concreto que ele apresenta (Braga) têm como limite a cidade. Ou seja, essa pirâmide informativa, é constituída por uma série de dados de natureza diversificada que se vão somando e cuja materialização recorre a escalas diferentes de representação (ex: escala 1/20 - os desenhos em que se posicionam os achados arqueológicos, até à escala 1/7 000 - a cartografia mais geral). No fundo, qualquer museu tem sempre que partir de uma informação factual, para que possamos passar a níveis interpretativos que nos permitam relacionar a informação a uma escala regional, nacional, ou até transnacional, de acordo com os objectivos que nos propomos atingir.

É todo este conjunto de indicações que uma vez associadas aos objectos, permitem aos estudiosos e aos museus reinterpretar e reajustar incessantemente as suas colecções e respectivos conteúdos, quer sob o ponto de vista cronológico, quer sob um ponto de vista da relação geográfica e tipológica com outros conjuntos, renovando os conceitos e as linguagens que sustentam a comunicação com os respectivos públicos.

Contudo, nem sempre é fácil para os museus, o acesso a essa informação.

Sem entrar em muitos detalhes, importa que nos detenhamos sobre os problemas com que muitas vezes os museus se confrontam, no acesso ao conjunto de informações inerentes ao contexto arqueológico a que acabamos de nos referir.

Na verdade, cada arqueólogo, consoante a natureza do sítio, dos objectivos que se propõe atingir e do tempo de que para isso dispõe, recorre a diferentes metodologias de escavação.

Por outro lado, usa normalmente como suporte de registo dessa informação o papel milimétrico, escrito à mão, quase sempre a lápis, informação esta que é complementada com registos fotográficos, mais ou menos codificados, de acordo com a metodologia que seguiu.

Logo, se esta informação não for tratada, de modo a que se preserve e se torne inteligível, mercê de uma interpretação a que os objectos estejam associados, desde logo, pode perder-se a possibilidade de uma correcta contextualização arqueológica dos acervos, com as consequências que daí decorrem para os museus.

Para além disto, se pensarmos que pode ser longo o tempo que medeia entre uma escavação e a entrada no museu do espólio exumado e que esse depósito nem sempre é feito pelo próprio arqueólogo, compreenderemos que muita dessa informação pode ficar irremediavelmente perdida.

1.2. *A informação alusiva ao estudo dos materiais*

Para além do recurso a uma metodologia específica de escavação, a que acabámos de nos referir, os acervos arqueológicos também se caracterizam pela multidisciplinaridade das abordagens tendentes ao estudo desses conjuntos de objectos. Nesse sentido é cada vez maior o leque de ciências auxiliares a que recorreremos, no intuito de obter informações especializadas e como tal, parcelares, que uma vez conjugadas nos permitem organizar o conhecimento dos materiais e dos respectivos contextos arqueológicos.

O recurso crescente a essas ciências exactas pressupõe o aumento do número de intervenientes e a fragmentação e dispersão de informações muito especializadas, mas que no conjunto são importantes para a construção de cada patamar temporal do conhecimento arqueológico.

Esta diversidade de intervenientes e de informação, quando acessível para os museus, pode ser em si mesmo um instrumento de comunicação extraordinário, quer entre profissionais, quer junto do público, funcionando neste caso, como reflexo de uma metodologia específica que confere um carácter próprio aos museus de arqueologia. No entanto, na realidade nem sempre isso acontece.

De facto a crescente preocupação em salvar os testemunhos de ocupações antigas, na generalidade do território nacional, tem conduzido a um aumento exponencial do número de escavações arqueológicas, com carácter de emergência, com a conseqüente discrepância entre o volume de espólio exumado e aquele que é efectivamente estudado. São por isso vários e a nosso ver graves, para os museus (e para a Arqueologia em geral), os problemas inerentes ao estudo dos materiais.

O investimento que tem sido feito na realização de escavações arqueológicas não tem sido proporcionalmente acompanhado ao nível do estudo dos materiais. Estudo esse que é cada vez mais exigente relativamente à especificidade das questões que coloca e como tal requer investigadores com conhecimentos específicos e estudos inter-disciplinares que respondam a questões de fundo, sem o que não pode conseguir-se uma efectiva progressão no grau de conhecimentos e na formulação das grandes problemáticas. Por outro lado, o facto de nem sempre haver uma relação de proximidade e colaboração entre quem estuda e o museu, dificulta, a este último, o acesso a essa informação, com a conseqüente perda sob o ponto de vista da valorização dos acervos.

1.3. *A informação inerente à preservação, valorização e circulação das peças*

Se como vimos, a diversidade de abordagens ao nível do estudo dos materiais constitui uma mais valia para o processo de comunicação nos museus, o

mesmo se poderá dizer relativamente a todo o processamento de informação inerente à preservação e valorização dos acervos ou das ruínas, quando estas constituem o próprio objecto de comunicação. A partir do momento em que uma peça ou uma estrutura é exumada e individualizada inicia-se uma nova etapa no seu conhecimento, tarefa essa que pressupõe a utilização de metodologias muito específicas de intervenção e acompanhamento da sua evolução e integridade física.

Para o museu e sob o ponto de vista dessa integridade é indispensável o acesso à informação inerente a todas as intervenções a que os objectos ou estruturas são sujeitos e à evolução do seu comportamento. Simultaneamente, todo esse manancial de informação é riquíssimo, sob o ponto de vista do seu potencial didáctico e da investigação entre técnicos e museus. Infelizmente, a falta de um número suficiente de infraestruturas ao nível do restauro dos materiais e a desarticulação entre quem restaura e os museus, conduz a que muita dessa informação se perca para estes últimos.

Através desta breve resenha abordámos a importância e as implicações para os museus da articulação entre os objectos e as respectivas informações, para a correcta catalogação, estudo e preservação dos acervos à sua guarda.

Resta-nos pois, tecer uma breve consideração entre a articulação dos objectos e a informação inerente à sua divulgação, nomeadamente no que respeita à organização de exposições, catálogos, monografias, em suma, todos os aspectos relacionados com a circulação das peças e a divulgação dos respectivos conteúdos.

Em síntese, diríamos que para os museus de arqueologia é indispensável poder aceder a uma ou várias bases de dados que nos permitam relacionar as informações inerentes ao contexto arqueológico dos materiais ou dos sítios, quando estes constituem em si mesmos o seu objecto de comunicação, aos respectivos estudos, bem como às intervenções de preservação e restauro e finalmente, à circulação dos achados e divulgação dos conteúdos didácticos, ou seja, a todos os aspectos englobados na actividade de um Museu.

2. A relação entre os organismos intervenientes na Arqueologia

A relação entre quem intervém ao nível da Arqueologia está intimamente relacionada com a questão da importância do binómio objecto de comunicação – informação a que acabamos de aludir.

É cada vez maior o número de intervenientes e mais diversificados os objectivos a atingir, o que naturalmente tem provocado uma dispersão da informação e dos acervos, para além da falta de critérios de normalização relativamente aos parâmetros essenciais a preencher, com vista à circulação de informação.

Os organismos dependentes do Ministério da Cultura (IPA e IPPAR) cujas áreas de intervenção são distintas, embora complementares, sob o ponto de vista da construção do conhecimento arqueológico, recorrem a bases de dados diferentes, em fase de preenchimento, fundamentalmente destinadas à concretização de uma carta arqueológica de sítios e de monumentos. Ou seja, não está ainda em curso o tratamento de toda a informação inerente aos múltiplos aspectos decorrentes da escavação e estudo de materiais arqueológicos.

No âmbito ainda do Ministério da Cultura, os museus de arqueologia dependentes do Instituto Português de Museus, recorrem a uma base de dados naturalmente centrada nos objectos à sua guarda, a qual está a ser reformulada para melhor responder às necessidades próprias da gestão nestes museus, mas não têm possibilidade de aceder a outras informações de natureza arqueológica, ainda que possam ser eventualmente depositários de espólios integrados em projectos da responsabilidade dos organismos inseridos no mesmo Ministério.

Paralelamente, Universidades, Gabinetes ou organismos municipais de Arqueologia e demais arqueólogos são também intervenientes ao nível da Arqueologia, utilizando cada um deles uma metodologia própria de salvamento ou investigação e tratamento da informação, quando isso se verifica, o que aliás não é regra geral.

Em suma, o enorme esforço que se está a fazer no sentido de salvar o património arqueológico nacional e que se traduz no salvamento de sítios, na salvaguarda da ocupação antiga de monumentos classificados, núcleos urbanos e no estudo de estações arqueológicas com potencial turístico-cultural, não está ainda a nosso ver, devidamente aproveitado, no sentido de sustentar uma política de valorização do património, de impacto económico, social e cultural.

Falta-nos um trabalho de coordenação, no sentido de compatibilizarmos informação que nos permita conhecer, valorizar e preservar os nossos acervos, neste momento em grande parte dispersos e por tratar, sob o ponto de vista do conhecimento, da sua integridade material e consequentemente da sua divulgação.

3. A dispersão dos museus e núcleos interpretativos de carácter arqueológico

O Instituto Português de Museus, conjuntamente com o Observatório das Actividades Culturais está a levar a cabo o estudo da distribuição dos museus e núcleos interpretativos de natureza museológica, no território nacional. Embora não tenham ainda sido divulgadas as conclusões deste trabalho, tudo nos leva a crer que as colecções de arqueologia se encontram muito dispersas, facto esse, aliás já referenciado em estudos anteriores (Raposo, 1993).

Se a multiplicação de pequenos museus e núcleos interpretativos denota uma maior e louvável preocupação, por parte dos organismos ligados ao poder local, na valorização do seu património, a verdade é que nem sempre essas instituições estão dotadas dos recursos materiais e humanos que lhes permitam assegurar a condigna preservação e divulgação desses acervos.

Por essa razão todos sentimos a necessidade da reestruturação da rede de museus nacionais que o Instituto Português de Museus se propõe coordenar e que certamente irá contribuir para a definição e concretização de estratégias tendentes a uma política sustentada de preservação e divulgação dos acervos arqueológicos.

4. Conclusões – a necessidade de novas formas de partilha

Creemos poder afirmar que todos, enquanto intervenientes no domínio da Arqueologia, sentimos a necessidade de reformular as nossas próprias relações de cooperação e as formas de comunicação com os diferentes públicos. Ao acréscimo de protagonismo da Arqueologia, como instrumento de salvaguarda, a nível da protecção do nosso Património, terá que se seguir um período de consolidação dessa conquista, inevitavelmente importante e de que importa tirar os necessários dividendos para a estruturação de uma estratégia conjunta de valorização patrimonial. Para tal teremos que reajustar os objectivos e os meios que nos permitam desenvolver um trabalho com maior qualidade, visibilidade e impacte social, em torno de uma herança cultural que nos é comum.

No que respeita aos museus, é inegável que eles terão que ser lugares privilegiados de descoberta e comunicação dos bens e sítios arqueológicos das respectivas áreas geográficas e culturais em que se inserem. Nesse sentido os museus terão que cada vez mais produzir e difundir saberes através de formas diversificadas de representação.

No entanto, não se poderá exigir que os museus assumam sozinhos essas responsabilidades.

Ao nível da circulação da informação, cremos que seria importante definir um número mínimo de itens comuns que devem estruturar as bases de dados, de forma a que essa informação possa ser actualizada, no tempo, compatibilizados os sistemas de informação e comunicação, entre os vários intervenientes e partilhadas responsabilidades, no preenchimento e actualização desses suportes informativos.

No que respeita à guarda e preservação dos materiais, seria desejável que se criassem reservas devidamente controladas e dotadas de meios laboratoriais para se intervir ao nível da conservação dos acervos. A actual dispersão e a falta de controle relativamente à integridade desse espólio torna-o inacessível e sujeito a alterações que podem ser irremediáveis.

Quanto ao estudo dos materiais, seria muito vantajoso para os museus, a criação de incentivos pecuniários e outros, que permitisse afectar, em permanência, um maior número de investigadores a esta tarefa, bem como a aquisição de determinados serviços técnicos específicos, prestados por laboratórios especializados.

No que concerne às estratégias de comunicação entre museus, é urgente a criação de redes regionais, temáticas, etc., de forma a que se possa articular uma política de desenvolvimento cultural sustentada, que dinamize os sítios arqueológicos e os respectivos acervos, conferindo-lhes mais valias e a visibilidade correspondente ao investimento realizado.

Em suma, é tempo de passarmos a uma nova dimensão na partilha das responsabilidades, na gestão de um fundo patrimonial comum, de forma a que se reforcem os laços de identificação entre nós, como profissionais deste vasto sector, mas também junto do público, com quem temos a obrigação de comunicar.

Bibliografia

GIESTAL, C. D. (1998) – *Sistema de Informação Geográfica para a Arqueologia Urbana: o caso de Bracara Augusta*. Braga: Universidade do Minho. Tese de mestrado de Arqueologia-especialização em Arqueologia Urbana.

HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, F. (1994) – *Manual de Museología*. Editorial Síntesis. (Biblioteconomía y Documentación).

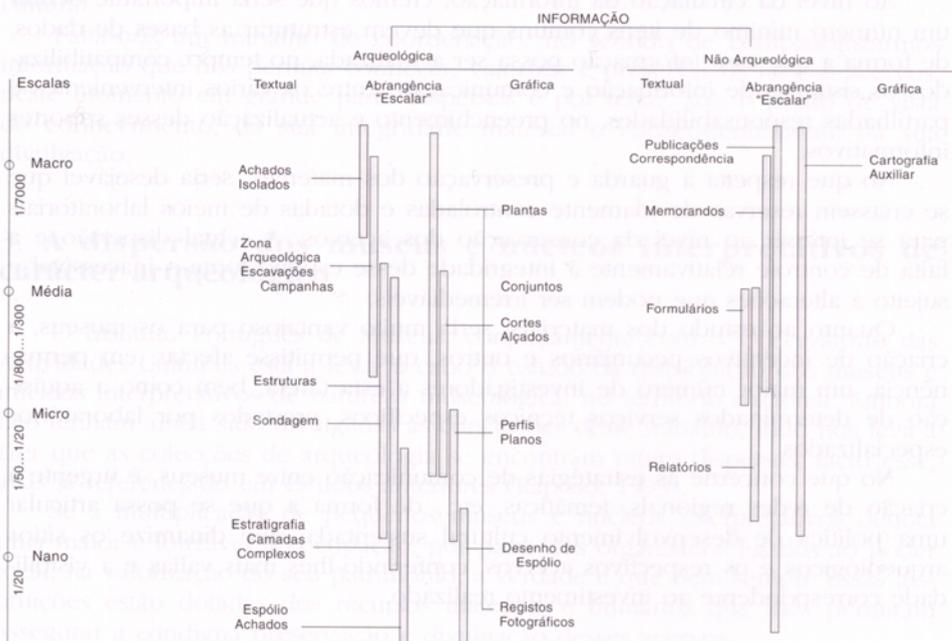
JAOUL, M. (1999) – Le Project de Mise en Réseau des Musées Pyrénéens. *La Lettre de l'ICOM*. Dijon. 63 (Maio-Jun.), p. 25-28.

KENNETH, H. (1999) – The Public Quality of a Museum. In *Cahiers d' Etude*. Comité International de l' ICOM pour les Musées Régionaux. p.3-5. (Study Series).

NORMALIZACION documental de museos. Madrid: Ministerio de Educacion y Cultura, Direccion General de Bellas Artes y Bienes Culturales, 1996.

RAPOSO, J. (1993) – Museus portugueses com colecções de arqueologia. *Al-Madan*. Almada. 2.ª série, 2, p. 61-71.

Gráfico 1



Caracterização da informação (Giestal, C. Dantas, pág. 80)¹

¹ Agradecimento póstumo ao Eng.º Carlos Dantas Giestal (UAUM) pela amável cedência do gráfico alusivo à organização da documentação, inserida neste texto.